

ADRIANA L. CARDINALI STRAUBE  
ANTÔNIO MÁRCIO DA CUNHA GUIMARÃES  
ASDRUBAL FRANCO NASCIBENI  
CLÁUDIO FINKELSTEIN  
CHRISTIANA BEYRODT CARDOSO  
FREDERICO GUSTAVO STRAUBE  
ORGANIZADORES

# ARBITRAGEM, MEDIAÇÃO E OUTROS MÉTODOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ESTUDOS EM HOMENAGEM AO DR. FREDERICO JOSÉ STRAUBE

Adolfo Braga Neto  
Adriana L. Cardinali Straube  
Adriano Stagni Guimarães  
Alexandra de Sousa Lopes Alexandre  
Tadeu Navarro P. Gonçalves Ana  
Carolina Martins Santoro  
Ana Carolina Nogueira  
Ana Gerdau de Borja Mercereau Ana  
Paula Ribeiro Nani  
Antonio Luiz Sampaio de Carvalho  
Antônio Márcio da Cunha Guimarães  
Arnoldo de Paula Wald Arnoldo Wald  
Caio Campello de Menezes  
Camila Macedo Simão  
Carlos Eduardo Montes Netto  
Carlos Suplicy de Figueiredo Forbes  
Cláudio Finkelstein  
Eduardo Silva da Silva  
Eleonora Coelho  
Fabio Alonso Vieira  
Francisco Prol  
Glauco da Rocha  
Guillaume Horsmans  
Gustavo Justino de Oliveira  
Guy Horsmans  
Helena Najjar Abdo

José Antônio Franco Caiado  
Lara Fernanda Yokota  
Lise de Almeida  
Louise Maia de Oliveira  
Loukas Mistelis  
Luciano Benetti Timm  
Luiz Gustavo Bacelar  
Luíza H. C. Kömel  
Manuela Albertoni Tristão  
Marcelo Junqueira Inglês de Souza  
Marciele Witeki de Almeida  
Mária Eduarda Mousinho Lins e Silva  
Maria Isabel Gon Montes  
Mariana de Araújo M. Lima Di Pietro  
Marike Paulsson  
Matheus Carneiro Lima  
Maurício Gomm F. dos Santos  
Napoleão Casado Filho  
Olavo Augusto Vianna Alves Ferreira  
Patrícia Shiguemi Kobayashi  
Paulo Fernando C. Salles de Toledo  
Roberto Pasqualin  
Rodrigo Salton  
Sérgio de Freitas Costa  
Thiago D'Aurea Cioffi Santoro  
Biazotti Thiago Marinho Nunes  
Véra Jacob de Fradera  
Vincent Horsmans

QUARTIER LATIN

*20 Anos*

Copyright © 2023 by Editora Quartier Latin do Brasil

---

**STRAUBE**, Adriana L. Cardinali. **GUIMARÃES**, Antônio Márcio da Cunha. **NASCIMBENI**, Asdrubal Franco. **FINKELSTEIN**, Cláudio. **CARDOSO**, Christiana Beyrodt. **STRAUBE**, Frederico Gustavo - **Organizadores**. *Arbitragem, mediação e outros métodos alternativos de resolução de conflitos. Estudos em homenagem ao Dr. Frederico José Straube*

*Arbitragem, mediação e outros métodos alternativos de resolução de conflitos. Estudos em homenagem ao Dr. Frederico José Straube.* / **STRAUBE**, Adriana L. Cardinali. **GUIMARÃES**, Antônio Márcio da Cunha. **NASCIMBENI**, Asdrubal Franco. **FINKELSTEIN**, Cláudio. **CARDOSO**, Christiana Beyrodt. **STRAUBE**, Frederico Gustavo. (Orgs) - 1ª ed. - São Paulo: Quartier Latin, 2023.

ISBN 978-65-5575-230-4

1. Arbitragem 2. Mediação 3. Métodos alternativos 4. Procedimento  
5. Regulamentos 6. Árbitros 7. Processos Arbitrais. 1. I. Título

---

**EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL**

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: [quartierlatin@globo.com](mailto:quartierlatin@globo.com)

[instagram.com/editoraquartierlatin](https://www.instagram.com/editoraquartierlatin)

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

## SUMÁRIO

Sobre os Organizadores.....	19
Prefácio por José Alexandre Tavares Guerreiro.....	23

### **I. Frederico Straube e a Arbitragem. Sua participação na implantação e desenvolvimento da Arbitragem no Brasil, 27**

*Antonio Luiz Sampaio de Carvalho*

### **II. Mediação e sua Perspectiva Contratual – O Compartilhamento de Ideias e Ideais com Frederico José Straube, 33**

*Adolfo Braga Neto*

Introdução .....	33
1. Frederico Straube: de arbitralista renomado a grande incentivador da Mediação Institucional no contexto empresarial com a perspectiva contratual e sua preparação .....	35
2. A preparação como elemento de estruturação contratual – Pré-mediação ou Reunião Prévia.....	37
3. Os instrumentos contratuais da Mediação.....	39
3.1. Cláusula de Mediação .....	45
3.2. Termo de Mediação .....	47
Considerações Finais .....	49
Bibliografia .....	49

### **III. A Aplicação da Convenção de Singapura na Mediação Insolvencial Brasileira, 51**

*Luiz Gustavo Bacelar*

1. Introdução .....	51
2. Insolvência Transnacional .....	51
3. A Convenção de Singapura .....	54
3.1 A aplicação da convenção de Singapura no Direito Insolvencial Brasileiro .....	59
4. Conclusões.....	61
Referências .....	61

## **IV. Procedimentos Híbridos e a Arbitragem: Uma Nova Reflexão, 63**

*Caio Campello de Menezes*

Introdução .....	63
Modelos híbridos de solução de conflitos .....	65
(i) Mediação-Arbitragem (“Med-Arb”) .....	66
(ii) Arbitragem-Mediação (“Arb-Med”).....	69
Gargalos a serem superados .....	72
Propostas de endereçamento.....	76
Referências bibliográficas .....	78

## **V. Uma Análise Econômica da Arbitragem no Brasil: Desmistificando seu “Custo Elevado”, 79**

*Luciano Benetti Timm e Ana Paula Ribeiro Nani*

Introdução .....	79
1. A escolha quanto ao método de resolução de controvérsias .....	81
2. Estrutura de incentivos: arbitragem vs. Judiciário .....	82
2.1. Redução dos custos de transação.....	83
(A) Celeridade do Procedimento.....	85
(B) Qualificação das Decisões .....	86
(C) Imparcialidade dos Árbitros.....	88
(D) Confidencialidade no Julgamento.....	90
(E) Custo Monetário-Financeiro do Processo.....	91
2.2. Redução dos custos de oportunidade .....	94
(A) A demora, no processo judicial, para a alocação da propriedade.....	94
(B) O problema da estrutura de incentivos do Sistema Judiciário brasileiro...95	95
2.3. Um sistema de incentivos mais adequado para o cumprimento das obrigações entre as partes .....	97
Conclusão.....	98
Referências bibliográficas .....	99

## **VI. Diversidade e Inclusão Social nas Câmaras de Arbitragem Brasileiras: A Necessidade de Avanços, 101**

*Fabio Alonso Vieira*

I. Introdução.....	101
II. Diversidade e Inclusão: conceitos e alcance .....	102

III. A Diversidade e a Inclusão nas Instituições Brasileiras de Mediação e Arbitragem.....	104
(a) AMCHAM.....	105
(b) CAM-CCBC .....	106
(c) CIESP/FIESP .....	108
(d) CAMARB.....	109
(e) Outras Câmaras de Mediação e/ou Arbitragem.....	109
IV. As lacunas encontradas e o modelo CCI.....	111
V. Conclusão.....	113
VI. Bibliografia .....	114

## **VII. Os Atuais Desafios das Instituições Arbitrais Frente às Novas Tecnologias e a Arbitragem Online, 115**

*Mariana de Araújo M. Lima Di Pietro*

1. Notas sobre o homenageado .....	115
2. Introdução: O papel das instituições arbitrais frente ao desenvolvimento tecnológico.....	116
3. O conceito de arbitragem institucional e arbitragem “ad hoc”.....	117
4. O impacto da tecnologia nas práticas institucionais.....	120
a. Serviços administrativos-financeiros .....	120
b. Serviços decisórios .....	124
5. Arbitragem <i>online</i> .....	125
6. Conclusões.....	126
7. Referências Bibliográficas .....	127

## **VIII. O Papel das Instituições Arbitrais no Desenvolvimento da Arbitragem no Brasil, 129**

*Carlos Suplicy de Figueiredo Forbes e Marciele Witeki de Almeida*

1. Introdução .....	129
2. Arbitragem <i>ad hoc</i> e arbitragem institucional .....	131
2.1. Arbitragem <i>ad hoc</i> .....	131
2.2. Arbitragem Institucional.....	134
3. As contribuições das instituições arbitrais para o desenvolvimento da arbitragem no Brasil .....	135
3.1 Regulamento de Arbitragem .....	137
3.2. <i>Know-How</i> na Administração de Procedimentos .....	139

3.3. Gerenciamento Administrativo e Financeiro de Procedimentos .....	141
3.4. Segurança Jurídica, Transparência e Previsibilidade .....	142
3.5. Lista de Árbitros e Infraestrutura .....	143
3.6. Promoção da Arbitragem por meio de Atividades Institucionais.....	144
4. Das práticas consolidadas aos desafios futuros .....	145
5. Considerações finais.....	147
Referências bibliográficas .....	147

## **IX. História dos Regulamentos de Arbitragem do CAM-CCBC, 149**

*Patrícia Shiguemi Kobayashi e Luíza H. C. Kömel*

1. Introdução .....	149
2. Retrospectiva dos regulamentos do CAM-CCBC .....	150
2.1. Regulamento de 1979 .....	151
2.2. Regulamento de 1998 .....	153
2.3. Regulamento de 2012 .....	156
2.3.1. As principais alterações do Regulamento de 2012 .....	158
2.3.2. Resoluções Administrativas .....	165
3. Enfim, o Regulamento de 2022 .....	170
4. Conclusão .....	177
Referências bibliográficas .....	178

## **X. Arbitragem Expedita: Novos Regulamentos e Perspectivas, 179**

*Marcelo Junqueira Inglês de Souza e Ana Carolina Nogueira*

1. Introdução: arbitragem expedita vs. Arbitragem Tradicional .....	179
2. Regulamentos sobre Arbitragem Expedita .....	181
2.1. Organização das Nações Unidas (UNCITRAL).....	181
2.2. Câmara Americana de Comércio (AMCHAM) .....	182
2.3. Câmara de Arbitragem Internacional de Paris (CAIP).....	182
2.4. Câmara de Arbitragem, Mediação e Conciliação do CIERGS (CAMERS).....	183
2.5. Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC).....	184
2.6. Câmara de Comércio Internacional (ICC) .....	185

2.7. Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP (FIESP) .....	186
2.8. Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial-Brasil (CAMARB) .....	187
2.9. Câmara de Mediação e Arbitragem da Associação Comercial do Paraná (ARBITAC) .....	189
2.10. Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA) .....	190
2.11. Centro de Arbitragem Internacional de Hong Kong (HKIAC)....	192
2.12. Centro de Arbitragem Internacional de Singapura (SIAC) .....	193
2.13. Centro de Arbitragem Internacional de Viena (VIAC).....	194
2.14. Centro Internacional para a Resolução de Disputas (ICDR) .....	195
2.15. Centro Internacional para a Resolução de Disputas de Investimentos do Banco Mundial (ICSID).....	197
2.16. Câmara de Comércio de Estocolmo (SCC).....	198
2.17. Instituto Internacional para a Prevenção e Resolução de Conflitos (CPR).....	199
3. Conclusão: Perspectivas sobre o Futuro da Arbitragem Expedita no Brasil .....	200
4. Referências.....	203
Livros, artigos, teses e periódicos .....	203
Jurisprudência e decisões arbitrais .....	204

## **XI. Arbitragem sem Câmara?, 207**

*Eduardo Silva da Silva*

Introdução .....	207
PARTE I – Razões para a administração autônoma dos procedimentos.....	209
A) O desafio do custo da Arbitragem.....	210
B) Maior adequação, legitimidade e liberdade .....	212
PARTE II Uma proposta de criatividade, inteligência e entusiasmo... 214	
A) Uma norma da Arbitragem Universal .....	215
B) Autoridade para solução de impasses.....	216
Conclusão.....	217
Referências bibliográficas .....	219

## **XII. A (Baixa) Relevância das Listas de Árbitros para as Arbitragens Envolvendo a Administração Pública, 221**

*Gustavo Justino de Oliveira e Manuela Albertoni Tristão*

1. Sobre nosso dileto Homenageado: o Fildago da Arbitragem no Brasil.....	221
2. Panorama geral da utilização das Listas de Árbitros na arbitragem doméstica .....	225
3. A Administração Pública e as Listas de Árbitros: baixa relevância?.....	231
4. Sinalizações Finais .....	236
Bibliografia .....	237

## **XIII. Os Comitês de Resolução de Disputas nos Contratos Administrativos, 239**

*Arnoldo Wald e Arnaldo de Paula Wald*

I. Introdução .....	239
II. Histórico dos Comitês de Resolução de Disputas .....	241
III. Inovação para resolução de disputas prevista na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (“Lei 14.133 de 2021”) .....	243
IV. Reflexos dos Comitês de Resolução de Disputas nos contratos com a Administração Pública .....	245
V. Conclusão.....	247

## **XIV. A Arbitragem Institucional com a Administração Pública em Matéria Tributária, 249**

*Roberto Pasqualin*

1. Straube, grande ser humano que deixa enorme legado.....	249
2. A arbitragem institucional e sua utilidade operacional e segurança jurídica .....	250
3. A arbitragem em matéria tributária processada em câmaras privadas .....	253

## **XV. A Arbitragem Tributária em Portugal, 257**

*Alexandra de Sousa Lopes e José António Franco Caiado*

1. Breves notas sobre a arbitragem em Portugal.....	257
2. O Centro de Arbitragem Administrativa (“CAAD”) .....	259
3. Aspetos do Regime Jurídico da Arbitragem Tributária.....	262
3.1. A arbitragem tributária como arbitragem voluntária .....	262
3.2. A proibição do recurso à equidade .....	264



3.3. A competência dos tribunais arbitrais tributários.....	264
3.4. Funcionamento do tribunal arbitral tributário .....	265
3.5. A irrecorribilidade das decisões arbitrais tributárias.....	268
4. A experiência prática da arbitragem tributária em Portugal.....	269
Bibliografia .....	271

## **XVI. O Dever de Revelação dos Árbitros no Direito Brasileiro, 273**

*Eleonora Coelho e Louise Maia de Oliveira*

Introdução .....	273
1. A função do dever de revelação.....	274
2. A extensão e contornos do dever de revelação.....	276
2.1. O objeto do dever de revelação é restrito .....	277
2.2. Os fatos a serem revelados não equivalem a impedimentos para atuação do árbitro .....	281
2.3. As partes têm papel essencial no cumprimento do dever de revelação pelo árbitro.....	283
3. A anulação de sentença arbitral por falha no cumprimento do dever de revelação.....	285
4. Conclusão .....	288
Referências Bibliográficas.....	289

## **XVII. A Confidencialidade nos Processos Arbitrais: Características, panorama atual e desafios, 291**

*Paulo Fernando Campos Salles de Toledo e Glauco da Rocha*

1. Características da confidencialidade na arbitragem.....	291
2. A confidencialidade do processo arbitral em âmbito nacional.....	294
3. A confidencialidade em âmbito internacional.....	295
4. A constitucionalidade do inciso IV do artigo 189 do CPC.....	298
5. Exceções .....	304
6. Conclusão .....	308
Bibliografia .....	309

## **XVIII. Extensão Subjetiva da Cláusula Compromissória e a Desconsideração da Personalidade Jurídica, 311**

*Cláudio Finkelstein e Maria Isabel Gori Montes*

1. Do recorte material e a desconsideração da personalidade jurídica no Brasil .....	312
2. O 'consentimento' e a sua colocação no âmbito da realidade comercial atual.....	315
3. A jurisprudência nacional .....	320
4. Da possibilidade de aferição de um consentimento tácito à luz do cometimento de abuso ou confusão patrimonial.....	323
5. Conclusão .....	324

## **XIX. A Flexibilidade Temporal na Arbitragem, 327**

*Thiago Marinho Nunes*

Introdução .....	327
I. A regra habitual: a flexibilidade do uso do tempo na arbitragem.....	329
A. A flexibilidade temporal refletida pela autonomia da vontade das partes .....	329
B. Flexibilidade temporal refletida nos regulamentos de arbitragem .....	331
(i) Regulamentos nacionais .....	332
(ii) Regulamentos internacionais .....	333
II. A anormalidade: a desnecessidade da rigidez ou excessivo rigorismo no tratamento dos prazos na arbitragem .....	336
A. O rigorismo excessivo contrário ao espírito da arbitragem.....	336
B. Desnecessidade do rigorismo excessivo pela ausência de incerteza.....	340
Conclusão.....	342
Referências Bibliográficas.....	343

## **XX. Imparcialidade na Perícia Arbitral. Direito Brasileiro e Comparado, 345**

*Napoleão Casado Filho e Maria Eduarda Mousinho Lins e Silva*

1. Imparcialidade na prova pericial .....	345
2. Regramento da prova pericial na arbitragem doméstica.....	346
3. Regramento da prova pericial na arbitragem internacional.....	349
3.1. <i>IBA rules on the taking of evidence</i> .....	349

3.2. <i>Guideline n. 7 – Party appointed and tribunal appointed expert witnesses</i> .....	351
3.3. Regras de Praga .....	353
4. Considerações finais.....	355

## **XXI. Arbitragem por Equidade, 357**

*Véra Jacob de Fradera e Rodrigo Salton*

Introdução .....	357
Parte I: A lei brasileira de arbitragem e a previsão de recurso à equidade, quando autorizada pelo legislador.....	361
A. Os sentidos da expressão “julgamento por equidade” na lei brasileira de arbitragem .....	361
B. Limitações legais da “arbitragem por equidade”.....	362
Parte II: A aplicação da equidade na arbitragem em esfera não nacional.....	365
A. Arbitragem por equidade na experiência internacional.....	365
B. Potencial de aplicação da arbitragem por equidade, no Brasil .....	368
Conclusões .....	371
Referências .....	371

## **XXII. Árbitro de Emergência e o Caso das *Anti-Suit Injunctions* a Favor da Arbitragem, 373**

*Ana Gerdau de Borja Mercereau e Lara Fernanda Yokota*

Introdução .....	373
1. Procedimento perante o árbitro de emergência.....	380
1.1. Análise preliminar.....	381
1.2. Análise de mérito.....	383
1.3. Questões processuais.....	385
2. <i>Anti-suit injunctions</i> concedidas por árbitros de emergência .....	386
2.1. Análise de mérito.....	387
2.2. Penalidades e indenizações decorrentes do descumprimento da cláusula arbitral.....	391
Bibliografia .....	392

### **XXIII. Produção Antecipada de Prova e Jurisdição Arbitral, 395**

*Alexandre Tadeu Navarro Pereira Gonçalves e*

*Thiago D'Aurea Cioffi Santoro Biazotti*

I. Considerações iniciais .....	395
II. A produção antecipada da prova .....	397
III. A produção antecipada da prova com o requisito urgência e a jurisdição arbitral .....	401
IV. A produção antecipada da prova sem o requisito urgência e a jurisdição arbitral .....	405
V. Conclusão.....	409
Referências .....	410

### **XXIV. Normas de Exclusão da Prova Ilícita em Arbitragens Domésticas e Internacionais, 413**

*Matheus Carneiro Lima e Helena Najjar Abdo*

Introdução .....	413
1. As provas ilícitas no Direito Brasileiro.....	414
1.1. Provas Ilícitas no Direito Comparado.....	416
2. Modelos de exclusão de prova ilícita.....	422
2.1. O modelo de dissuasão .....	422
2.2. O modelo de equidade .....	427
2.3. O modelo brasileiro (modelo de direitos fundamentais).....	430
Conclusões .....	434

### **XXV. Racionalidade das Decisões Arbitrais, 437**

*Lise de Almeida e Sérgio de Freitas Costa*

(a) Viés de Confirmação .....	448
(b) Autosserviço, Autoconveniência.....	450
(c) Enquadramento.....	451
(d) Atitude.....	452
(e) Retrospectiva (“Hindsight bias”) .....	453
(f) Ancoragem com ajuste imperfeito.....	454
(g) Disponibilidade.....	456
(h) Representatividade.....	457
Algumas conclusões.....	458

**XXVI. A Execução da Sentença  
Arbitral em Face da Fazenda Pública, 461**

*Olavo Augusto Vianna Alves Ferreira e Carlos Eduardo Montes Netto*

Introdução .....	461
A execução da sentença arbitral em face da fazenda pública.....	463
Considerações finais .....	467
Referências .....	467

**XXVII. Arbitragem e Defesa da Concorrência:  
da compatibilidade aos desafios, 471**

*Adriana L. Cardinali Straube*

1. Uma singela homenagem.....	471
2. Introdução .....	471
3. Os vários aspectos da Defesa da Concorrência .....	472
4. Os precedentes dos Estados Unidos e da União Europeia que permitiram a arbitrabilidade na defesa da concorrência.....	474
5. A utilização da arbitragem no Direito Concorrencial a experiência brasileira.....	478
6. As hipóteses da arbitragem no Direito Concorrencial .....	481
7. Desafios .....	486
Conclusão.....	487
Referências bibliográficas .....	488

**XXVIII. Breve Análise sobre a Arbitragem no  
Brasil e Reino Unido (Inglaterra e País de Gales), 491**

*Antônio Márcio da Cunha Guimarães e Adriano Stagni Guimarães*

1. Prolegômenos .....	491
2. Introdução .....	492
3. Arbitragem no Brasil .....	493
3.1. Histórico da arbitragem no Brasil.....	494
3.2. Arbitragem na atualidade (no Brasil).....	495
3.3. Perspectivas (no Brasil) .....	496
4. Arbitragem no Reino Unido (Inglaterra e País de Gales).....	497
4.1. Atual estrutura legislativa.....	497
4.2. Corte Internacional Arbitral de Londres (LCIA – London Court of International Arbitration).....	498

4.3. Características comuns da arbitragem no Brasil e no Reino Unido (Inglaterra e País de Gales).....	500
5. Conclusões.....	501
Referências Bibliográficas.....	502

### **XXIX. A Evolução do Federal Arbitration Act nos Estados Unidos da América, 503**

*Maurício Gomm F. dos Santos e Ana Carolina Martins Santoro*

I. Introdução.....	503
II. Política de Favorecimento da Arbitragem.....	506
III. Algumas Consequências das decisões da Suprema Corte Americana sobre escopo do FAA.....	514
IV. O Chapter 4 do FAA – <i>Ending Forced Arbitration of Sexual Assault and Sexual Harassment Act</i> .....	516
V. Outras Propostas Legislativas de alteração do FAA.....	518
VI. Conclusão.....	520
VII. Referências bibliográficas e jurisprudência citada.....	520
Obras e artigos.....	520
Leis e regulamentos.....	521
Julgados.....	522

### **XXX. Trois vertus de l'arbitrage international, 523**

*Vincent Horsmans, Guy Horsmans e Guillaume Horsmans*

Première partie : La vertu de la rencontre et du dialogue.....	525
Deuxième partie : La vertu de la confiance.....	534
Troisième partie : Les vertus de la vision et de la créativité.....	543

### **XXXI. The Russian doll theory under Article V(1)(e) revisited: how politics polluted the judicial hunch, 549**

*Marika Paulsson e Camila Macedo Simão*

I. Introduction.....	549
II. Yukos awards: the annulment and enforcement layers.....	550
III. Grounds for annulment and enforcement.....	552
IV. Remarks on the possible enforcement of the Yukos awards.....	558
V. Conclusion.....	568

## **XXXII. El Orden Público como Causa de Anulación de la Decisión Arbitral, 571**

*Francisco Prol*

I. Generalidades.....	571
II. Posibilidades de impugnación del laudo.....	573
Acción de nulidad.....	573
Otras formas de impugnación del laudo .....	575
III. Concepto de orden público .....	576
Concepto.....	576
Figuras afines.....	579
IV. Conveniencia de precisar el alcance de la noción de orden público...581	
V. El origen de la inquietud sobre la extensión del control; la posición del TSJ e Madrid .....	584
VI. Las recientes sentencias del tribunal constitucional (sobre la extensión del control del laudo).....	585
VII. Tendencias actuales en relación con la extensión del control de la validez del laudo por el juez .....	588
VIII. Conclusiones .....	590

## **XXXIII. Efficiency. What Else? Efficiency as the Emerging Defining Value of International Arbitration: between Systems Theories and Party Autonomy, 593**

*Loukas Mistelis*

I. Introduction and theoretical framework.....	593
II. Origins of efficiency and its establishment as a value of international arbitration .....	598
1. Origins and justification of efficiency mandate.....	599
2. Efficiency as a Value of International Arbitration.....	603
III. Role of arbitrators .....	606
1. Power and Duties of Arbitrators.....	607
2. Balancing due process, fairness and efficiency- the due process paranoia.....	610
3. Effective and efficient management of the arbitration process.....	612
IV. Concluding remarks: the efficiency paradigm .....	616